

**Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Curso de Serviço Social**

Gabriela Binatti Souza

Dinheiro e Pobreza

Florianópolis, março de 2008

Gabriela Binatti Souza

Dinheiro e Pobreza

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social, no Depto de
Serviço Social do Centro Socioeconômico da
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora: Simone Sobral Sampaio

Florianópolis, março de 2008

Gabriela Binatti Souza

Dinheiro e Pobreza

TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, no Depto de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.Dra. Simone Sobral Sampaio (Orientadora)
Universidade Federal de Santa Catarina

Assistente Social Rosângela Koettker
Caixa Econômica Federal

Prof.Dra.. Maria Tereza Santos
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Agradecimentos

Agradeço a essa ilha, as bromélias, a praia do santinho, aos coleópteros da restinga, as borboletas e a cultura açoriana que há oito anos me acolhem neste recanto cheio de magia!

Agradeço ao amor, ao amor dos meus amigos, das minhas famílias, ao amor do universo, a vida!

Agradeço agora em ordem cronológica, na cronologia de minha vida:

Ao meu querido avô Bolívar (*in memoriam*) que significou carinho e respeito no meu caminho. A minha “vózinha” Lygia, tão lindinha, tão companheira, é aconchego e paz.

Meus avós Rosa e Romeu sempre muito presentes em minha vida.

A minha mãe Valéria que neste momento esta com uma mochila nas costas viajando pela América Latina (ela e o Zeca é claro) isso que é inspiração de vida!!!

Ao meu pai Miguel Oscar, sem palavras para agradecer lhe o tanto que fez por mim em sua vida, o tanto que se doa e se dedica. *Muchas gracias muchacho!*

Ao meu padrinho querido Oscar Augusto, que me deu a afilhada mais linda, Larinha.

A minha 2ª família, Gringo, Ana, Pó, Tai, Carol, Maninho e cia., por existirem em minha vida.

A minha maninha linda (que não é minha irmã) Maria Luiza, uma mulher a se espelhar. Ao Zeca grande companheiro meu e de minha mãe, obrigado por ser tão PRESENTE em nossas vidas.

Aos companheiros do Santinho, aí se encontram minhas raízes ilhoas: Maria, Ange e Rafa em especial! Não esquecendo da galera do skate, das festinhas... dos tempos de adolescência!

Ao ET (meu tudo de bom amigo), a SOMA que me regalou este *chico*.

A UFSC, por todas as pessoas que passaram pelo meu caminho nessa terrinha: Bárbara, Rodrigo, Maria e Renata... companheiros de bar, ideais, de todos os momentos.

A Grasi, e ao PET que a colocou em meu caminho
Aos companheiros petianos, todos!!!

Ao Serviço Social, *gracias* por me trazer de presente a Ilana (*esta si, mi compañera de Argentina*, e revisora), Jiana, Mila, Natalli, Hellen, Edi, Keila,
Fernanda Borba e Daniele Beatriz

A galera do CFH, pelas tardes de descontração!!!

Aos biólogos e projetos de: Mazão, Moniqueta, Vic, Marinete, Ceci, Sarinha, Aline loira, Jorge, Gui e o Múmia em especial... mas a todos os outros desse bando que me acolhem também, meus companheiros de comidinhas orgânicas, rangos integrais, hortas, composteiras e muitas Horas Felizes

A Pretinha, assim como eu, agregada da Bio.

Aos meus companheiros de lar, Mamá, Binho, Dr^a Rusi e Fabiano

As minhas supervisoras de estágio: Ana luiza e Ro Piccoli e os que colaboraram na minha formação: Carlinha, Pessina e Ro Koetkker
A professora Iliane por sempre acreditar em mim e ser tão companheira.

Grande Simone, minha Super orientadora, parceira mais que tudo!!!

Ao Pedro porque literalmente sem ele, não haveria trabalho!!!

Ao Zucco, pela paciência, compreensão e carinho!

A Lorena, Jimena, Cruz, Dani, Sol, Diego y Turco.

A la Universidad Nacional de Córdoba

A Argentina! (*Las Malvinas son argentinas*)

Um agradecimento especial ao Sarcófago de Tutancamón e a todas as múmias que o integram

Dinheiro

Arnaldo Antunes e Jorge Benjor

*Dinheiro é um pedaço de papel
O céu é um
O céu na foto é um pedaço de papel,
Pega fogo fácil
Depois de queimar dinheiro vai pro céu
Como fumaça
Também é fácil rasgar
Como as cartas e fotografias
Aí não se usa mais
Porque dinheiro é um pedaço de papel
Um pedaço de papel é um dinheiro
Dinheiro é um pedaço de papel
Pode até remendar com durex
Mas não é todo mundo que aceita
O que não se quer melhor não comprar
O que não se quer mais
Melhor jogar fora do que guardar em casa
Dinheiro tem valor quando se gasta
Um pedaço de papel é um pedaço de papel
Dinheiro não se leva para o céu*

Resumo

BINATTI, Gabriela. **Dinheiro e Pobreza**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Centro Sócio-Econômico, universidade Federal de santa Catarina, Florianópolis.

Este estudo analítico visa a compreensão de pontos relevantes da vida social através de uma reflexão crítica a respeito do contexto em que se inscrevem nossas vidas na sociedade capitalista. Discute-se questões que dizem respeito ao processo de construção das relações sociais no contexto desta sociedade como o trato da pobreza e como esta se constitui; o discurso neoliberal ecoado pelo organismos internacionais; a inserção do dinheiro nessa dinâmica e sua relação direta com o conceito de pobreza. Continuamente, destaca-se a questão do dinheiro enquanto vetor determinante das relações sociais nesta sociedade. O trabalho se dá a partir do referencial teórico marxista que permite a compreensão da realidade como um processo histórico construído pelos homens e permanentemente em movimento.

Palavras-chave: Capitalismo; Dinheiro; Pobreza

Abstract

BINATTI, Gabriela. **Money and Poverty**. Undergraduation conclusion study (Social Service Course), Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina

This study intend to comprehend relevant issues of the social life by means of a critical reflection about how our lives are inserted in the capitalist society context. We discuss important aspects about the construction process of social relation in this society, such as the constitution of poverty and the way the society deals with it; the international organization neoliberal speech; the insertion of the money in this dynamics and its relation to the poverty concept. Along the study, we aim to show the role of the money as a structural vector of social relations. The study is based on a Marxist theoretical reference, which enables the reality comprehension as an historical process built by men and permanently changing.

Key words: Capitalism, money, poverty

Lista de abreviaturas de siglas

AID – Associação Internacional de Desenvolvimento

AFLOV – Associação Florianopolitana de Voluntários

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

COPERVE – Comissão Permanente do Vestibular

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Socioeconômicos

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRSP – Poverty Reduction Strategy Paper (Relatório de Estratégias de
Redução da Pobreza)

SCLP- Serviço para o crescimento e a luta contra a pobreza

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1.....	
O modo de produção capitalista.....	12
CAPÍTULO 2.....	
Pobreza.....	18
CAPÍTULO 3.....	
O discurso neoliberal e seus desdobramentos.....	28
CAPÍTULO 4.....	
O papel do Dinheiro (“mercadoria onipresente”).....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50

Introdução

“É da maior urgência revelar em que contexto ainda não oficialmente oficial, mas operante, dentro de que configurações, de que desenhos e de que desígnios políticos, isto é, econômicos e, sobretudo, dentro de qual subterfúgio consentido se inscrevem nossas vidas no presente.” (FORRESTER, 1997, p.113)

Este estudo pretende dizer algo sobre determinados pontos que merecem consideração nos últimos tempos, sem a mínima pretensão de esgotá-los. Trata-se de um estudo analítico, fruto de uma reflexão crítica, sem o alcance de uma maior problematização conceitual ou teórica. Não busca apresentar resultados, mas expor um problema.

O presente trabalho objetiva entender o contexto em que se inscrevem nossas vidas na sociedade capitalista perpassando questões que dizem respeito ao trato da pobreza; o discurso neoliberal ecoado pelos organismos internacionais no trato da mesma; e, principalmente, como o dinheiro se insere nessa dinâmica societária e sua relação direta com a pobreza.

Para entender e responder a tais questões é necessário compreender a conjuntura, no tempo e no espaço e nos campos intra e inter-sociedades, sempre integrada com a análise dos vínculos que mantém com os processos e estruturas fundamentais do modo de produção capitalista.

Por isso utilizar-se-á da perspectiva marxista como referencial teórico, pois o pensamento de Marx é capaz de proporcionar a possibilidade de compreensão da

realidade social enquanto um processo histórico, construído pelos homens e colabora com o entendimento de como se constroem as relações dentro da sociedade capitalista. Situa-se como potente referencial teórico no campo sociológico sobre a análise do sistema capitalista, todas suas categorias e prerrogativas.

Na primeira parte será apresentada uma breve introdução ao modo de produção capitalista e suas formas de produzir a vida, seu funcionamento e reprodução, para melhor entender a forma como produzimos nossa existência e buscando compreender as relações vigentes entre produção de riqueza e pobreza.

Na segunda parte, tratar-se-á de compreender como a pobreza é “produzida”, como isto acontece dentro do contexto do modo de produção capitalista? E as formas atuais utilizadas para a identificação desta camada populacional.

Na terceira parte e ainda buscando entender sob qual contexto político e econômico está associada a questão da pobreza, será apresentado um breve estudo das determinações “propostas” no contexto capitalista hegemônico internacional via organismos internacionais para o combate da mesma e seus desdobramentos conseqüentes que se refletem via políticas sociais.

Na quarta parte será tratada a questão do dinheiro, como ele se insere nessa dinâmica e domina as relações sociais nos mais diversos âmbitos da vida social.

É importante adiantar que as pretensões deste trabalho não foram alcançadas no todo, mas que os avanços conquistados neste servirão de base para próximos passos.

Capítulo 1

O Modo de Produção Capitalista

A sociedade burguesa não aboliu os antagonismos de classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas. (MARX, 1985, p.25)

Com o objetivo de brevemente apresentar os elementos constituintes da produção e reprodução da pobreza, tratar-se-á, a partir de Marx, de elucidar como se constrói esse processo no interior da sociedade capitalista.

Em seus escritos, Marx mostra de que forma são produzidas as relações sociais, a partir de uma análise da realidade determinada pelo modo de produção capitalista, principalmente, desde o movimento antagônico e conflitivo entre a classe burguesa (detentora dos meios de produção) e a classe trabalhadora¹ (que possui, unicamente, sua força de trabalho). Marx realiza suas análises a partir de uma perspectiva de totalidade social que nos permite destacar vários aspectos relevantes sobre os quais está apoiada a ilusão de que o processo de venda da força de trabalho² é uma troca de equivalentes e nos ajuda a compreender as relações existentes entre a produção da riqueza e a produção da pobreza.

¹ O trabalhador é, desde o seu nascimento até sua morte, força de trabalho. Portanto todo o seu tempo disponível é tempo de trabalho, que pertence ao capital para o seu desenvolvimento.

² A força de trabalho do trabalhador é uma mercadoria que o capitalista compra e que usa para gerar riqueza. Porém essa mercadoria (a força de trabalho) gera mais riqueza do que quanto ela mesma vale. “A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não-pago, uma fonte de capital adicional.” (MARX, 1996. p.721)

O desenvolvimento capitalista significou a transição da economia de reprodução simples para a economia mercantil. As diferentes etapas da divisão social do trabalho, que a cada nova fase determina novas relações (entre os indivíduos), também correspondem a diferentes formas de propriedade. Dadas as condições históricas, no processo de transição do feudalismo para o capitalismo:

Na sociedade burguesa (D-M-D³), o universo social não era mais a comunidade, mas a sociedade. Isso corresponde a um universo social mais complexo, em que os indivíduos se relacionam em termos de grupos primários e secundários com uma economia de mercado produtora de valor de troca em que o contato com as pessoas se dá a partir do papel ou do *status* que ocupam. A singularidade é diluída em troca de números, leis e documentos. Já não sobrevivem as formas simples de prestação de serviços, mas o universo social passa a ser o mercado pelo princípio do contrato, que se institui e funda sobre o princípio da liberdade e igualdade dos proprietários e no qual os indivíduos não entram numa relação direta, face a face. (RESENDE, 2003, p.209)

Esse complexo processo de desenvolvimento do capitalismo modificou radicalmente a forma como a sociabilidade passa a ser construída, mostrando fortes contradições nas relações econômicas e políticas. Nesse quadro,

Conseqüentemente, os indivíduos são mais livres sob o domínio da burguesia que anteriormente, porque suas condições de existência lhe são contingentes; na realidade são naturalmente menos livres porque estão muito mais subordinados a um poder objetivo. (MARX; ENGELS, 1975 apud RESENDE, 2003, p.209)

Na sociedade burguesa, as relações passaram a se organizar por meio do contrato. Os princípios jurídicos passaram a nortear as relações entre proprietários do capital e proprietários da força de trabalho, assim sendo, o Direito passa a nortear o

³ Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro

mundo público. “A legislação tanto política quanto civil, apenas denuncia, verbaliza, as exigências das relações econômicas” (MARX, 1977 apud RESENDE, 2003, p.207). “O Estado⁴ passa à instituição política, secularizada, que se define em termos de cidadania, soberania, contrato e direito. Uma instituição por meio da qual os inúmeros singulares devem expressar a sua universalidade” (RESENDE, 2003, p.209).

É constituinte do modo de produção capitalista a existência de duas classes sociais antagônicas (antes inexistentes) que se relacionam entre si através da compra e venda da força de trabalho. Este modo de produzir a vida se baseia na acumulação⁵ permanente de capital, através da extração da mais-valia⁶ (apropriação do excedente do trabalho alheio) e de acordo com MARX (1991, p.721) “produzir mais-valia é a lei absoluta deste modo de produção”. Denomina-se acumulação o processo de transformação da mais-valia em capital⁷, que compreende o desenvolvimento geral das relações sociais, não se tratando apenas de um processo econômico.

⁴ Com o surgimento do Estado Moderno todos os indivíduos passam a viver sob a autoridade do Estado, na sociedade do direito e do contrato, o indivíduo perde sua identidade e se converte em cidadão. “Na sua essência, o Estado desenvolvido é cravado pela dualidade entre a vida genérica do homem e a sua vida material, ou seja, pelo divórcio entre o Estado e a sociedade civil.” (RESENDE, 2003, p.210) Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ratificaram-se os princípios valorativos da sociedade burguesa, o direito a propriedade privada em nome da liberdade e da igualdade.

⁵ “A reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação capitalista: capitalista de um lado e assalariado de outro. Do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduzem a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num pólo, e mais assalariados, no outro. A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital.” (MARX, 1996, p.717)

⁶ Nome dado à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que seria a base da exploração no sistema capitalista. Existem duas formas de extração da mais-valia, uma vez pago o salário de mercado (pelos capitalistas) pelo uso da força de trabalho, a saber: prolongar a duração da jornada de trabalho mantendo o salário constante - mais-valia *absoluta*; ou ampliar a produtividade física do trabalho através do desenvolvimento das forças produtivas, pela via da mecanização - mais-valia *relativa*. (MARX, 1996)

⁷ Todo capital se decompõe em meios de produção e trabalho vivo. Para Marx (1996, p.715), a composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. “Do ponto de vista do valor, é

É sabido que durante o processo produtivo há a criação de valor; nele o trabalho não é sinônimo de valor, mas sim sua atividade criadora, e riqueza não é sinônimo de abundância, isto é, de bens aptos à satisfação de necessidades. Assim sendo a produção da riqueza⁸ material não visa, em última instância, a satisfação das necessidades permanentes dos indivíduos, pois sabe-se que grande parte da população mundial não satisfaz nem suas necessidades alimentares diárias. Em outras palavras, “o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (MARX, 1991, p.724). Marx ainda estabelece uma analogia entre a religião e produção capitalista, onde coloca que na religião o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro e, na produção capitalista, é dominado pelos produtos de suas próprias mãos.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista o trabalhador passa a ser uma mercadoria desvalorizada e “a desvalorização do mundo humano cresce em razão direta com a valorização do mundo das coisas” (MARX, 1991). As necessidades do trabalhador são reduzidas às necessárias para a manutenção de sua força física, no limite do que é necessário para a reprodução do capital. “Quanto mais o operário produz, menos tem para consumir: quanto mais cria valor, mais se deprecia” (MARX, 1985, p.61). As condições nas quais o trabalho se realiza no modo de produção capitalista indigna a condição de existência do trabalhador.

determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma geral dos salários.” (idem)

⁸ A riqueza material é expressão do trabalho, pois a única fonte de riqueza social é o trabalho, ela surge do excedente do trabalho realizado pelo homem.

Esse processo de subalternização agrava-se à medida que “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua⁹” (Marx, 1991, p.734), uma população desnecessária para a direta exploração do capital. Isto é, ao mesmo tempo em que se desenvolvem tecnologias mais avançadas de produção, menos tempo de trabalho é necessário na produção de mercadorias, o decréscimo do tempo de trabalho necessário ocorre simultaneamente ao processo de acumulação do capital.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção e da força produtiva do trabalho, causa e efeito ao mesmo tempo da acumulação, capacita o capitalista a por em ação maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais, extensiva ou intensivamente, as forças de trabalho individuais. (...) O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se as exigências do capital.” (MARX, 1991, p.739)

Novamente os pressupostos mesclam-se com os produtos da engrenagem capitalista, e a acumulação é extremamente beneficiada à custa do aumento da miséria dos trabalhadores.

O capitalismo necessita quantitativamente cada vez menos do trabalhador (força de trabalho) no seu processo de produção e, na medida em que as forças produtivas se desenvolvem, a relação salarial formal¹⁰ representa cada vez menos um

⁹ “A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte pelo tempo em que esta desempregado ou parcialmente empregado. (...) assume ela, as três formas seguintes: flutuante, latente, estagnada.” (MARX, 1991, p. 744) A flutuante, constituída pelos operários que perdem seu trabalho por um certo tempo; a latente, constituída pelos pequenos produtores arruinados, camponeses pobres e operários agrícolas ocupados somente durante parte do ano; estagnada, constituída por numerosos grupos de pessoas que perderam definitivamente seu emprego ou cujas ocupações irregulares são remuneradas muito abaixo do nível habitual de salário. Os “degradados”, “desmoralizados”, “incapazes de trabalhar”. “O mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo.” (Idem, p.747)

¹⁰ “... a relação entre capital, acumulação e salários é apenas a relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar.” (MARX, 1991, p.723)

fator de integração social e distribuição da riqueza socialmente produzida, tendo em vista a diminuição dos postos de trabalho.

O trabalhador, através da venda de sua força de trabalho¹¹, produz riqueza objetiva sob a forma de capital ao mesmo tempo em que produz o capitalista através da produção da mais-valia que será expropriada daquele. O capitalista, através da compra da força de trabalho, produz o trabalhador sob a forma de trabalhador assalariado. Neste complexo de relações contraditórias, o trabalhador assalariado na sua condição de não proprietário dos meios de produção, enfrenta o seu próprio desgaste "... em um ciclo permanente de ampliação dos processos de pauperização, para o fomento dos mecanismos de acumulação." (PAIVA; OLIVEIRA; GOMES, 2000, p.28).

Produz-se, de um lado, capitalistas e propriedade privada¹², e do lado oposto, trabalhadores e força de trabalho. Sendo esta última uma potencialidade alienada¹³.

A alienação do trabalhador em seu produto significa não somente que seu trabalho se converte em objeto, em uma existência exterior, também que existe fora dele, independente, estranho, que se converte em um poder independente frente a ele, que a vida que ele emprestou ao objeto se apresenta como uma coisa estranha e hostil. (MARX; ENGELS, 1975 apud RESENDE, 2003, p.212)

O processo de alienação descrito por Marx espalha-se em toda esfera social, ameaçando o indivíduo em sua existência material e subjetiva, empobrecendo suas necessidades e sua vida.

¹¹ O trabalho é a única mercadoria com capacidade de autovalorização e de criar valor.

¹² "O sentido da propriedade privada – desembaraçada de sua alienação – é o modo de existência dos *objetos essenciais* para o homem, tanto como objeto de gozo, quanto objeto da atividade." (MARX, 1991, p.188)

¹³ Alienação - No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, ou a outros seres humanos, e também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). "Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade)." (BUTTMORE, GUIMARÃES, 1988, p.5)

Capítulo 2

Pobreza

Para dar continuidade a elucidação das relações sociais dentro da dinâmica capitalista e abordar a questão da pobreza enquanto produto das relações de produção apresentar-se-á, uma breve leitura desse fenômeno a partir da perspectiva teórica marxista¹⁴, inserida na totalidade histórica. Utilizar-se-á desta perspectiva para a compreensão do fenômeno como um todo, no movimento da sociedade capitalista em contraponto a concepção dominante que a trata como uma situação alheia a este e através de mensurações matemáticas.

O fenômeno “pobreza”, qualquer que seja seu grau de definição, é sempre assimilado ao “problema” da pobreza, seja no plano ideológico e moral, seja no político e econômico. Muitas são as perspectivas teóricas sobre a mesma construídas em torno de conceitos e pressupostos que orientam a escolha de metodologias para a sua mensuração. Existindo diferentes formas e critérios para isto, que levam a distintos resultados na identificação dos pobres e na elaboração das propostas de intervenção.

¹⁴ Tendo como referencia o estudo realizado por Soto (2003).

A identificação da pobreza, segundo parâmetros internacionais¹⁵, evidencia-se em amplos contingentes populacionais cronicamente privados do atendimento às suas necessidades. Mas quais seriam seus determinantes? Estará este fenômeno associado às mudanças econômicas ou tecnológicas ocorridas? Quais são, no contexto político vigente, as relações entre política social e política econômica? Para falar de pobreza é necessário (re)pensar as bases de nossa existência social, valores e prioridades.

Segundo Soto (2003) a pobreza consiste em uma categoria¹⁶ (relativa) complexa, histórica e mutável, uma construção social transitória, portanto, só possível de ser entendida no movimento da totalidade (social). Para a sua compreensão é preciso reconhecer que não se trata de um fato natural, e que se faz necessário entender os tipos de relações sociais existentes e seus mecanismos de reprodução. Tanto no interior de cada sociedade como em âmbito mundial e das relações estabelecidas entre norte e sul.

As relações sociais estabelecidas são produto dos homens, construções sociais diretamente atreladas às forças produtivas, e que mediante qualquer alteração ou desenvolvimento das mesmas, elas também se alteram.

De acordo com a teoria marxista, pobreza não se trata apenas de um estado ou uma situação, mas de um processo que envolve o empobrecimento da classe trabalhadora simultaneamente à produção de riqueza. Desta forma, a pobreza torna-se situação, enquanto resultado do processo de acumulação capitalista, que se manifesta pela insatisfação das necessidades básicas das populações “pobres”.

¹⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – é o um dos mais expressivos parâmetros de mensuração de pobreza mundialmente utilizados. Este foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação, longevidade e *renda*.

¹⁶ Soto define que: “Las categorías son las expresiones teóricas, las abstracciones de las relaciones sociales concretas.” (2003, p.08).

El contenido dado al concepto de pobreza en la teoría marxiana, permite no sólo dar cuenta del estado de privación de los miembros de la clase trabajadora a partir de la constatación de la insatisfacción de las necesidades básicas en una sociedad históricamente determinada, sino, al mismo tiempo al definirse como un término relacional, da cuenta de los niveles antagónicos de desigualdad engendrados en la dinámica de la sociedad burguesa.¹⁷ (SOTO, 2003,p. 21)

A compreensão da pobreza a partir desta perspectiva de análise ocorre através do entendimento da dinâmica antagônica do desenvolvimento capitalista. A compreensão da totalidade social, preta de conflitos, permite-nos apreender seu funcionamento e, ao mesmo tempo, desmistificar sua aparência fenomênica através da íntima relação da “unidade dos contrários”. As assimetrias entre as condições de vida dos homens são facetas de um mesmo processo histórico. O incremento da riqueza burguesa e da pobreza extrema da classe trabalhadora apresentam-se como fenômenos simultâneos, não há dualidade.

A pobreza dos trabalhadores apresenta-se como efeito e condição determinante no processo de acumulação, isto é, expressa sempre o caráter contraditório deste regime, enquanto conseqüência e condição necessária para sua existência. O trabalhador se descobre então, não como um agente livre, pois no momento em que se vê livre para vender sua força de trabalho, é o exato momento em que se percebe obrigado a vendê-la, para sobreviver, mediante um contrato livre com o capital.

Conseqüentemente, o aumento da pobreza, condiz com o aumento no número de trabalhadores ativos ou inativos privados de suas necessidades básicas e indica a concentração de riqueza em um grupo cada vez mais limitado de “ricos” capitalistas.

¹⁷ “O conteúdo dado ao conceito de pobreza na teoria marxista, permite não só dar conta do estado de privação dos membros da classe trabalhadora a partir da constatação da insatisfação das necessidades básicas em uma sociedade historicamente determinada, senão, dar conta dos níveis antagônicos de desigualdade engendrados na dinâmica da sociedade capitalista”.

Ela envolve a classe trabalhadora em seu conjunto, afetando suas condições materiais de existência.

“En este sentido, lo que en un polo es acumulación de riqueza es, en el polo contrario (...) acumulación de miseria, de tormentos de trabajo, de esclavitud, de despotismo, de ignorancia y degradación moral, de barbarización social.”¹⁸ (SOTO, 2003, p.13).

O trabalhador, que possui somente sua força de trabalho para vender, só encontra espaço no mercado quando é capaz de fazer com que os meios de produção funcionem como capitais e de criar capital adicional a partir deles. Na medida em que se acumula capital, necessariamente se degrada e empobrece a situação da classe trabalhadora. O mecanismo de produção e acumulação capitalista se encarrega de realizar constantemente a adaptação do número de trabalhadores necessários para a exploração do capital. Com isso cria-se uma superpopulação relativa ou um “exército industrial de reserva”. É possível observar distintas camadas deste exército, localizando no mais baixo grau o pauperismo, que é o depósito dos inválidos do exército de trabalhadores (mão de obra).

As condições de produção dentro das quais se movimenta a burguesia não possuem caráter único, simples, mas sim um caráter duplo; nas mesmas condições em que se cria riqueza, se cria também miséria; e nas mesmas condições em que se desenvolvem as forças produtivas, existe também uma força produtiva de pressão contrária; *estas condições só fazem surgir a riqueza burguesa*, quer dizer, a riqueza da burguesia, destruindo ao mesmo tempo e sem parar a riqueza de alguns indivíduos que pertencem a sua classe e criando um proletariado cada vez mais numeroso. (MARX apud SOTO, 2003, p.13).

A relação de exploração (extração da mais-valia) ocorre no movimento das classes sociais (burguesia e trabalhadores), onde se reproduz permanentemente as

¹⁸ “Neste sentido, o que de um lado é acumulação de riqueza é, do lado contrario (...) acumulação de miséria de tormentos do trabalho, de escravidão, de despotismo, de ignorância e degradação moral, de barbarização social.”

condições de exploração do trabalhador¹⁹, o que incide necessariamente em um conflito social desagregador: o desenvolvimento das forças produtivas através da máxima alienação de seu elemento fundante, o trabalho²⁰.

É preciso então, entender as leis gerais da acumulação capitalista²¹ para compreender a pobreza dentro do marco teórico marxista. Tendo em vista que, a classe dominante (burguesia) apresenta as relações sociais dentro do capitalismo (divisão do trabalho, relações de produção, dinheiro, etc.), como categorias fixas, permanentes e inflexíveis, negando o antagonismo existente nas relações modernas de produção.

Los procesos de naturalización (implícitos y explícitos) presentes en las explicaciones de los hechos sociales (entre ellos la pobreza) elaboradas por parte de los intelectuales de las clases dominantes, se emparentan con la constitución del carácter conservador de la burguesía como clase hegemónica, cumpliendo en este sentido funciones estructurales de reproducción del *status quo*.²² (SOTO, 2003, p.10)

Esse processo de naturalização da pobreza, como resultado da incapacidade individual para prosperar, induz a população dos trabalhadores empobrecidos “... ao *drama* das identidades precárias ou anuladas. Ao mais vergonhoso dos sentimentos: a

¹⁹ Obrigado constantemente a vender sua força de trabalho para viver e permitindo ao capitalista comprar-la para enriquecer. Na verdade o trabalhador pertence ao capitalista muito antes de se vender ao capitalista.

²⁰ “La enajenación del trabajo consiste en que el trabajo es externo, no pertenece a su ser, en que en su trabajo el trabajador no se afirma sino que se niega. Su trabajo no es voluntario sino forzado. Por eso no es la satisfacción de una necesidad, sino solamente un medio para satisfacer las necesidades fuera del trabajo.” (SOTO, 2005, p.18) A mistificação da transação de compra e venda da força de trabalho se assenta no processo de alienação do trabalho, que tem implícito um processo de privação, mediata e imediata da classe trabalhadora.

²¹ “Como a introdução da maquinaria e da produção mecanizada, outros métodos de produção são forçados a recorrer a formas extremas de exploração para continuarem competitivos. A própria produção mecanizada cria um exército industrial de reserva e, com ele, a lei geral da acumulação capitalista: ‘O mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente esse número (de trabalhadores) e essas necessidades (de expansão do capital). O começo deste ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e o fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso-morto do pauperismo’.” (BUTTMORE, GUIMARÃES, 1988, p.2) Complementando: o pauperismo oficial compreende parte dos trabalhadores que perderam sua base de vida (a venda da força de trabalho) e vivem na inércia da benevolência do público.

²² Os processos de naturalização (implícitos e explícitos) presentes nas explicações dos acontecimentos sociais (entre eles a pobreza) elaboradas pelos intelectuais das classes dominantes, se relacionam com a constituição do caráter conservador da burguesia como classe hegemônica, cumprindo neste sentido as funções estruturais de reprodução do *status quo*.

vergonha. Porque cada um então crê (é encorajado a crer-se) dono falido de seu próprio destino.” (FORRESTER, 1997, p.10). Esse complexo reforça, então, não apenas carências materiais, mas também carências subjetivas de elevado peso subalternizante.

Toda a complexidade que envolve a gênese da pobreza e seu desenvolvimento muitas vezes é reduzida a um sofisticado e, ao mesmo tempo, aleatório empreendimento de sua mensuração, presente nos critérios de atenção das políticas públicas.

A pobreza é tanto um desafio para o conhecimento quanto um desafio para as políticas públicas. O conhecimento produzido sobre esse problema social tem uma característica importante, porque além de ser legitimado pelo critério epistemológico da verdade, deve ser um conhecimento útil para inspirar a intervenção, usado para aumentar o impacto possível das políticas públicas, ao fornecer insumos para subsidiar o processo de decisão e de construção de alternativas. (CARNEIRO, 2005, p.86)

Diversos aspectos são empregados com a intenção de compreender a pobreza e estabelecer estratégias para seu enfrentamento, de acordo com Carneiro (2005) estão entre os principais pressupostos dos diferentes enfoques utilizados: pobreza como ausência de renda e como necessidades básicas insatisfeitas; enfoque das capacidades; a exclusão social como uma abordagem sociológica da pobreza; e mensuração da exclusão.

É no contexto de decadência do mundo moderno, incapaz de prover as condições mínimas de sobrevivência de grandes massas populacionais mundiais que surge o enfoque do *desenvolvimento humano*. Forjado e divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de forma sistemática a partir da década de 1990, tal concepção se concretiza no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que compreende de três elementos básicos: longevidade, nível educacional e

renda per capita. Este índice foi elaborado e divulgado a partir de 1972, permitindo um sistema integrado de *medições sociais* e estabelecendo-se como importante instrumento de representação e orientação de políticas e programas sociais.

Na acepção mais imediata e generalizada, pobreza significa falta ou “pouca” renda. Para Rocha (2006, p.12), “nas economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda”. E complementa elucidando o fato de que a pobreza vinculada a renda familiar apresentasse preponderantemente dependente do mercado de trabalho, sendo esta, a renda provinda do trabalho, o determinante principal do status de pobre/não pobre das famílias.

A perspectiva monetária para interpretação da pobreza é predominante tanto na elaboração de estratégias para a sua superação quanto na produção científica²³. Pois segundo Carneiro (2005) em uma sociedade monetizada o primeiro nível da condição de vulnerabilidade refere-se à pobreza entendida enquanto insuficiência de renda, e complementa:

A ausência ou insuficiência de renda constitui um fator de extrema vulnerabilidade em um contexto de economia de mercado, estando essa condição diretamente ligada à qualidade da inserção dos indivíduos no mundo do trabalho. Isso se torna ainda mais grave quando a provisão de serviços públicos é deficiente, e os pobres não podem contar com uma rede pública de proteção social, com acesso a serviços básicos capazes de viabilizar patamares mínimos de qualidade de vida. Situações de baixa renda somam-se, perversamente, as necessidades básicas insatisfeitas: condições precárias de saúde e nutrição, situações de baixa escolarização, moradias inadequadas, precárias e ilegais, localizadas em lugares insalubres, estigmatizados.” (CARNEIRO, 2005, P.67).

²³ Ver Carneiro (2005)

Quando se aborda a pobreza a partir desta perspectiva, focaliza-se no montante em dinheiro recebido mensalmente (no âmbito familiar) e o consumo dos indivíduos e domicílios como informação básica tanto para a concepção quanto para sua mensuração. Nestes casos: “são pobres aqueles que não alcançam um nível de renda suficiente capaz de satisfazer as necessidades de sobrevivência mínimas ou não.” (CARNEIRO, 2005, p.68). Dessa forma, agrega-se elementos e padrões que pretendem sistematicamente medir a condição do pobre:

Uma pessoa é pobre se a renda ou os gastos de consumo agregados forem inferiores a um valor estabelecido como necessário para a sobrevivência. Esse valor pode ter como referencia um padrão absoluto (calculado a partir de requisitos nutricionais) ou ser relativo ao padrão vigente em dada sociedade, definindo a pobreza absoluta e a relativa, respectivamente. (CARNEIRO, 2005, p.69)

Outros parâmetros também utilizados para a definição de pobreza são as linhas²⁴ de indigência e pobreza, estes são utilizados para distinguir, na população total dois subgrupos de acordo com sua renda: indigentes e não indigentes, e pobres e não pobres. A linha de pobreza estabelece como pobres aqueles cuja renda se situa abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, portanto incapazes de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. E na linha de indigência encontram-se aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas as necessidades nutricionais.

Percebe-se o absurdo em que se chega, a naturalização e banalização da pobreza ao nível de se estabelecer parâmetros numéricos para tal, onde ainda se é

²⁴ A linha de pobreza é estabelecida tendo como base o custo de uma cesta de alimentos que cubra as necessidades nutricionais da população – em relação a calorias, proteínas e demais nutrientes, estabelecidos pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) para indivíduos. Agregando a esse valor os recursos necessários para satisfazer necessidades consideradas básicas não alimentícias. Já no caso da linha de indigência, considera-se apenas o custo da cesta alimentar básica.

capaz de diferenciar essa camada de trabalhadores “excluídos” em camadas ainda mais discriminatórias.

Segundo Rocha (2006), o estabelecimento de linhas de pobreza e linhas de indigência apresenta dificuldades empíricas. Por exemplo, no que se refere à cesta alimentar básica “trata-se de definir a composição da cesta e a escolha dos preços adequados por produto” (ROCHA 2006, p.13), já em relação ao estabelecimento de um valor mínimo para as outras necessidades básicas (habitação, vestuário, etc.), das quais não se dispõe de parâmetros de consumo essencial, torna-se ainda mais problemático.

Este tipo de perspectiva, isto é, o esquadramento e graduação dos níveis da pobreza, elucida a forte tendência de sua perpetuação, refletida via políticas sociais, e a disposição em dar continuidade as políticas minimalistas focalizadas, conseqüentes de imposições econômicas internacionais, no atendimento exclusivo dos mais miseráveis. Para que aos pobres, mas só os “realmente pobres”, seja concedida vida de pobre via benefícios mínimos. Pois como já se sabe, a pobreza leva alguns destes trabalhadores (pobres) a se mutilar em benefício dos ricos, apenas em busca de sobreviver por mais um tempo.

Carneiro ressalta que, estes métodos estabelecidos a partir da renda ou do consumo são capazes de “individualizar lugares ou populações de acordo com sua capacidade de satisfazer suas necessidades básicas (...) o suposto é que, por meio da renda, pode-se aferir tal capacidade”. (2005, p.69)

Dentre as principais fragilidades apresentadas por esta perspectiva salienta-se a confiabilidade dos dados e sua limitação na leitura da realidade em estudo. Sua

limitação refere-se a unidimensionalidade desse enfoque, que considera apenas a dimensão econômica da pobreza, esse diagnóstico faz uma caricatura do pobre na leitura ou no retrato da realidade em uma tentativa de cientificação da pobreza, onde os sujeitos caem no anonimato e perdem suas individualidades.

El desempleo y la pobreza son más (o distinto) que los valores absolutos y los índices relativos que expresan la participación en el mercado de trabajo o las condiciones de vida por debajo de una línea de ingresos o necesidades insatisfechas.²⁵ (GRASSI, 2002, p.143)

Ao se definir a pobreza e estabelecer padrões para a sua mensuração, o conhecimento produzido alimenta e conforma essa própria realidade, reificando e cristalizando a processualidade de sua gênese, de seu agravamento e, finalmente, da forma de combatê-la. E apesar do debate existente a respeito de diferentes perspectivas de mensuração desta, é a seletividade posta através da renda que é vivenciada no cotidiano das políticas sociais atuais.

²⁵ O desemprego e a pobreza são mais (ou distintos) que os valores absolutos e os índices relativos que expressam a participação no mercado de trabalho ou as condições de vida por baixo de uma linha de ingressos (monetários) ou necessidades insatisfeitas.

Capítulo 3

O discurso neoliberal e seus desdobramentos

Nesse capítulo, através de uma sucinta apresentação das determinações neoliberais e suas conseqüências, pautadas na prevalência do capital financeiro e impostas através de “propostas” elaboradas pelos organismos internacionais²⁶ para o combate / erradicação da pobreza, procurar-se-á explicitar sob qual contexto político e econômico atual está associada a produção e reprodução da pobreza.

No modo de produção capitalista dominante, há consenso de que algumas transformações trazem novidades profundas, com conseqüências notáveis nas forças produtivas, nas relações de produção, na divisão social do trabalho etc., podendo se salientar: acumulação flexível, reestruturação produtiva, desemprego estrutural e precarização do trabalho, aumento do setor de serviços, desregulação estatal, privatização de serviços públicos, exclusão social ou inclusão perversa e frágil no mercado de trabalho, no poder e em outros âmbitos da vida social. A grande maioria dos estudiosos aponta que um fenômeno acentuado nos últimos anos tem sido a prevalência do capital financeiro, cuja desenvoltura atinge toda a

²⁶ Banco Mundial – Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD fundado em 1945, com o objetivo de realizar empréstimos financeiros aos países com taxas comerciais. A Associação Internacional de Desenvolvimento – AID foi fundada em 1959, para realizar empréstimos de longo prazo para governos de países mais pobres. O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID foi fundado em 1959 e tem linhas de financiamento para os países da América e Caribe. A Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, foi estabelecida pela Resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social da ONU e começou a funcionar em 25 de fevereiro de 1948. Em 1984 passou a chamar-se CEPAL. Temo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina e Caribe e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as demais nações do mundo. Posteriormente, o desenvolvimento social foi incorporado aos seus objetivos. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD é o órgão da Organização das Nações Unidas É conhecido por elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), (ONU) que tem por mandato promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo.

humanidade e vem produzindo efeitos devastadores nas economias nacionais e nas políticas sociais. (WANDERLEY, 20001, p.8)

O capitalismo vivencia a égide do capital financeiro. Nesse contexto, uma das principais causas das contradições econômicas e sociais na América Latina é a dependência econômica do capital internacional. O grande capital internacional interfere direta e/ou indiretamente nos rumos das políticas locais/regionais (política econômica, social, educacional, de saúde, de assistência...). Como dito anteriormente, as decisões tomadas estão sempre orientadas pelos interesses econômicos dos países capitalistas hegemônicos através dos grandes organismos financeiros internacionais, a saber: FMI; BM; e BID.

Devido à grande importância dos organismos já referidos, em termos de poder de intervenção na economia mundial e nas economias regionais, apresentar-se-á neste trabalho a orientação da hegemonia econômica capitalista e suas determinações sobre as estratégias adotadas pelas políticas sociais de combate a pobreza.

O Consenso de Washington²⁷ ilustra bem a questão, por haver sido uma resposta articulada pelos países economicamente dominantes em contraponto à crise da década de 1970. Decidiu-se no Consenso que caberia ao mercado a definição das regras para a solução dos problemas econômicos e sociais, tendendo a igualar as políticas econômicas nas diversas regiões do mundo. Este objetivava uma reestruturação econômica através do equilíbrio fiscal e monetário e para tal propunha a subordinação da Política Social à Política Econômica, com políticas sociais de cunho compensatório com caráter seletivo e focalista. A partir de 1972, após a adoção do

²⁷ Conjunto de propostas monitoradas pelo Banco Mundial.

Consenso de Washington enquanto precursor da política econômica mundial neoliberal²⁸, é que o Banco Mundial passa a abordar o tema da pobreza.

Na América Latina e, portanto, no Brasil as políticas neoliberais passam a ser introduzidas efetivamente no início da década de 1990. Conforme estudo realizado por Nogueira e Simionatto (2001), a partir de então, três idéias passaram a ser centrais no debate dos organismos internacionais para a retomada do crescimento econômico e do combate à pobreza, sendo estas: o desenvolvimento das economias da América Latina (sob a óptica da competitividade); o crescimento econômico com equidade; e o redimensionamento dos serviços sociais com eficiência e eficácia. Centrando-se na busca do equilíbrio macroeconômico de curto prazo e realinhamento das políticas sociais, com apenas algumas variações no tocante a aspectos econômicos, políticos e institucionais.

As autoras constataam que, salvo certas diferenças, os objetivos destes organismos materializam-se em programas de estabilização monetária, ajuste estrutural, reformulação do papel do Estado e alteração do desenho das políticas sociais, as quais devem permanecer subordinadas à política econômica e acabam por consolidar “novas formas de exclusão social”.

Em seus documentos, tais organismos, declaram abertamente a redução da pobreza como um objetivo e o utilizam como justificativa legitimadora da necessidade de crescimento econômico.

²⁸ Relativo ao neoliberalismo [De *ne(o)-* + *liberalismo*.] Substantivo masculino. Doutrina, em voga nas últimas décadas do séc. XX, que favorece uma redução do papel do Estado na esfera econômica e social. [O neoliberalismo se contrapõe à tendência anterior de aumento da intervenção governamental, em economias capitalistas, como resultado da adoção de políticas sociais de natureza assistencial e de políticas econômicas keynesianas (v. *Welfare State* e *keynesianismo*).

Em 1995, a ONU realizou sessão extraordinária sobre o tema da pobreza, e no ano de 1997 foi decretada a primeira década das Nações Unidas para a eliminação da pobreza. O Fundo Monetário Internacional - FMI - no início do século XX transformou seus Planos de Ajuste Estrutural em Programas de Redução da Pobreza e de Crescimento, exigindo que cada país redigisse um Relatório de Estratégias para Redução da Pobreza (Poverty Reduction Strategy Paper – PRSP²⁹).

Em 2000, foi realizada uma reunião na sede das Nações Unidas, em Nova York, onde foi emitida a Declaração do Milênio³⁰, que ao identificar os desafios centrais que enfrenta a humanidade, estabelece 10 metas de desenvolvimento para o novo século que se anuncia. Trata-se de um acordo de cooperação global que tem como primeira meta “erradicar a extrema pobreza e a fome” antes de 2015.

Para alcançar o tão almejado crescimento econômico³¹, os organismos internacionais estabelecem medidas em nível macroeconômico, entre as quais se destacam as políticas monetaristas do FMI³², que impõem aos Estados a diminuição de

²⁹ Poverty Reduction Strategy Papers (PRSP) describe a country's macroeconomic, structural and social policies and programs to promote growth and reduce poverty, as well as associated external financing needs. PRSPs are prepared by governments through a participatory process involving civil society and development partners, including the World Bank and the International Monetary Fund (IMF).

³⁰ Em setembro de 2000, a ONU promoveu a Assembléia do Milênio, com a presença de 191 países, reunindo, pela primeira vez na história, tal número de nações para um evento oficial. Deste encontro nasceu a Declaração do Milênio, que estabelece um conjunto de metas para o desenvolvimento, por meio de ações que erradiquem a pobreza, o analfabetismo, a degradação do meio ambiente e discriminação contra as mulheres, até o ano de 2015. Para cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM), as nações contam com o apoio técnico, financeiro e articulador do PNUD.

³¹ “A suposição otimista, de que o crescimento econômico levaria, por si só, à redução da pobreza, foi mantida por longo tempo com resultados claramente insuficientes. (...) Evidências empíricas mostram a fragilidade desse argumento e demandam a ampliação da abordagem sobre pobreza e, conseqüentemente, das estratégias de intervenção, chamando a atenção para a importância da redução da desigualdade para a superação da pobreza.” (MIDEPLAN, 2002 apud CARNEIRO, XXX, p.69)

³² Os empréstimos do FMI concedem tempo aos países para ajustar suas políticas para resolver os problemas na balança comercial a curto prazo, estabilizar suas economias e evitar problemas similares no futuro. Os empréstimos se complementam com programas de reforma econômica que são elaborados pelos prestatários com a colaboração do FMI.

seus gastos sociais com a privatização de serviços públicos/ensino superior/saúde/assistência; abertura de mercado; desregulamentação do trabalho; pagamento da dívida; entre outras determinações enquanto condição para o acesso aos créditos por este concedido.

O FMI mantém sob vigília o sistema monetário internacional com o pressuposto de garantir seu funcionamento fluído e detectar fatores de vulnerabilidade que poderiam acabar com sua estabilidade. Além de supervisionar as políticas econômicas dos 185 países membros para lhes proporcionar análises e assessoramento, *incentiva-os a adotar políticas que promovam a estabilidade financeira e macroeconômica e o crescimento sustentável*. O principal instrumento do FMI para a redução da pobreza nos países de baixa receita é o Serviço para o Crescimento e a Luta contra a Pobreza - SCLP³³, no contexto de uma *estratégia econômica orientada para o crescimento*.

Da mesma forma o Banco Mundial trabalha com os países na determinação de suas necessidades, na articulação de estratégias de desenvolvimento e seleção dos instrumentos financeiros apropriados para financiar essas necessidades³⁴. O BM

³³ Este serviço, e elaboração de medidas macroeconômicas e estruturais no combate a pobreza, que ficam submetidos à aprovação de sua Diretoria Executiva. Serviços Financeiros do FMI, um exemplo: Serviço de Crédito

Serviços para países com receita baixa	Objetivo	Condições	Escalonamento e acompanhamento
Serviços para países membros com receita baixa. Serviço para o Crescimento e a Luta contra a Pobreza – SCLP (1999)	Assistência a longo prazo para superar dificuldades arraigadas na balança comercial de caráter estrutural; tem por objetivo atingir um <i>crescimento sustentável</i> para reduzir a pobreza.	Adoção de um programa tri anual no marco do SCLP. Os programas respaldados pelo SCLP se baseiam em um Documento de Estratégia de Luta contra à Pobreza preparado pelo país em um processos participativo e <i>compreendem medidas macroeconômicas, estruturais de luta contra a pobreza</i> .	Desembolsos semestrais (ou trimestrais) sujeitos ao cumprimento dos critérios de execução e revisão.

³⁴ Segundo o Banco Mundial seus dois pilares da estratégia de combate à pobreza são: a melhoria do clima de investimento e o empoderamento das pessoas de baixa renda. A melhoria do clima de investimento para a promoção do crescimento econômico por meio da defesa de um comércio mais “igualitário”, “apoio” à reforma política e investimentos em projetos específicos para o comércio, iniciativas do setor privado, infra-estrutura, setor financeiro e indústria extrativa. E o Empoderamento das Pessoas de Baixa Renda ocorre através do investimento nas pessoas para “capacitá-las a viver de forma mais produtiva”, tomar decisões “sensatas” sobre seu futuro e preservar o meio ambiente constitui o segundo pilar da estratégia de combate à pobreza do Banco Mundial.

concede empréstimos através do Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para países de renda média, e pela Agência Internacional de Desenvolvimento – AID, para os países mais pobres.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – que igualmente possui entre suas principais áreas de atuação a “Redução da Pobreza e Eqüidade Social”, também atua através de políticas de concessão de empréstimos.

O Relatório da CEPAL *Panorama Social de América Latina 2007* que, para mensurar a pobreza se utiliza dos “ingressos monetários”³⁵, destaca que durante o ano 2006, na América Latina e Caribe, saíram da pobreza mais de 15 milhões de pessoas, enquanto 10 milhões deixaram a indigência. De acordo com a análise apresentada pelo Relatório, esta redução associa-se “ao crescimento econômico, à geração de emprego e aos programas sociais”.

As estratégias de combate à pobreza por estas organizações propostas, têm o fim apenas de remediar as conseqüências indesejadas e inevitáveis da própria dinâmica do mercado, pois uma vez que estão planejadas e inseridas no contexto da liberação da economia e do mercado, da *desregulamentação do sistema de proteção social* e privatização dos serviços públicos, determinantes constituintes de tal contexto, terminam por inviabilizar o alcance do objetivo daquelas. Portanto, independentemente de seus objetivos e resultados, os programas de erradicação ou combate à pobreza servem de apoio às políticas neoliberais e de desenvolvimento capitalista. Citando Forrester (1997, p.12) “... seus remendos têm como principal efeito manter sistemas que se esforçam em fazer de conta que funcionam, mesmo mal...”

³⁵ Com o argumento de que estes “*servem como aproximação à capacidade das pessoas e lares para a satisfação de suas necessidades básicas, alimentares e não alimentares*” (p.14)

A desregulamentação do sistema de proteção social e a conseqüente redução do papel do Estado com a esfera pública, revela-se na descentralização, focalização e privatização. Descentralizam-se as ações estatais em busca de maior eficiência e eficácia nos gastos; privatizam-se bens e serviços públicos para aliviar a crise fiscal; e se focaliza os recursos disponíveis. Focalização esta que ocorre no âmbito das políticas sociais públicas, que conseqüentemente se voltam para os setores de extrema pobreza, criando um cenário de ações estatais mínimas destinadas aos estritamente mais pobres, na mais fiel representação da “tradição neoliberal”³⁶.

Assim, a tendência tem sido de restrição e redução de direitos, (sob o argumento da crise fiscal do Estado) transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos provocados pela implantação da política neoliberal hegemônica. O movimento de focalização das políticas sociais provoca desdobramentos que perpassam a vida societária e instituem novas relações, estabelecendo critérios de alta seletividade no atendimento aos direitos sociais.

O Programa Bolsa Família do Governo Federal, é um dos principais exemplos de política focalizada e seletiva no Brasil. Trata-se de uma política de transferência direta de renda que busca beneficiar famílias pobres e extremamente pobres³⁷. O Programa estabelece que: se caracterizam como *pobres*, as famílias com renda *per*

³⁶ “Já sabemos que a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social foi fortemente tencionada: pelas estratégias de extração de super-lucros, em que se incluem as tendências de contratação dos encargos sociais e previdenciários; pela super-capitalização, com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, em que se incluem saúde, educação e previdência; e pelo desprezo burguês para com o pacto social dos anos de crescimento, configurando um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista ao extremo. Tudo isso num contexto em que as forças de resistência se encontram fragmentadas, particularmente o movimento dos trabalhadores, em função do desemprego, da precarização e flexibilização das relações de trabalho e dos direitos.” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p.56)

³⁷ Ver em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-inclusao

capita entre R\$60,01 e R\$120,00; e *extremamente pobres* as famílias com renda *per capita* de até R\$60,00. Como se pode perceber o critério de seletividade estabelecido pelo programa, que tem como objetivo a superação da fome e da pobreza promovendo o alívio imediato desta, é baseado estritamente em um valor monetário: a renda.

As políticas focalizadas perpassam a vida cotidiana da população pobre nas mais diversas esferas. No município de Florianópolis podemos encontrar alguns exemplos do quanto estas políticas, determinadas pelo critério de corte da renda per capita, estão presentes no dia-a-dia do indivíduo pobre, a saber:

1. Cadastro Sócio-Econômico da Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE), com a finalidade de isentar os que comprovam *não ter condições financeiras* para pagar a inscrição do vestibular da UFSC, a concessão deste benefício não apresenta recorte financeiro, mas o cadastro a ser preenchido para obter acesso é exclusivamente voltado para o critério da renda familiar;
2. Cadastro Único, serve apenas *para famílias que se enquadram no recorte monetário pré-estabelecido que é de meio salário mínimo por pessoa*. É utilizado pelos Governos Federal, Estadual e Municipal como ferramenta no planejamento de políticas públicas e também para inclusão em programas já existentes como o Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Tarifa Social de Energia Elétrica entre outros;
3. Programa Trabalha Juventude da AFLOV, em cumprimento a Lei 10.097 – Lei de Aprendizagem, que estabelece como critérios de participação escolaridade até a 6ª série do Ensino Fundamental e *renda familiar inferior a quatro (4) salários mínimos*.
4. A Pró Reitoria de Assuntos Estudantis/UFSC desenvolve programas na área de assistência social via concessão de benefícios, não estabelece um valor monetário

específico, mas exige um grande volume de documentação para *comprovação da renda familiar* para se obter acesso as estes.

5. A Gerência do Idoso vinculada à Secretaria Municipal da Criança do Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social cujo Cadastro de Avaliação para Concessão de Benefícios (fraldas, remédios, alimentação e etc.) não estabelece um recorte de renda, mas baseia-se exclusivamente no critério financeiro tendo em vista que este não aponta condicionantes da pobreza nem aspectos envolvidos em sua reprodução;

6. A Previdência Social – Amparo Assistencial ao Idoso Deficiente – LOAS, concede benefício ao idoso que não exerça atividade remunerada, portador de deficiência incapacitante para a vida independente e que *comprove carência econômica, renda inferior a um quarto do salário mínimo.*

A aplicação de cadastros sócio-econômicos é a ferramenta frequentemente utilizada pelas políticas supracitadas como meio de acesso aos que buscam o atendimento de suas necessidades. O critério baseado unicamente em valores monetários reforça a visão reducionista, dessa complexa questão social que é a pobreza, imposta pelas políticas neoliberais. “A seletividade associada à focalização assegura acesso apenas aos comprovada e extremamente mais pobres.” (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p.158)

As políticas sociais, que são um fenômeno contraditório e antes respondiam positivamente aos interesses dos trabalhadores - enquanto ganho de reivindicações de suas lutas constantes contra o capital - ao mesmo tempo em que também respondiam positivamente aos interesses do capital - na preservação do potencial produtivo da mão-de-obra. Agora se reduzem devido aos interesses do capital que não as necessita mais da mesma forma para a reprodução da força de trabalho.

Todavia, não bastam ações focalizadas com resultados pontuais quando as políticas macroeconômicas têm como efeito a crescente precariedade das condições de vida dos trabalhadores, a concentração de riqueza, e a substituição dos bens coletivos por privados.

A prevalência do capital financeiro é um acontecimento que vem se acentuando e produz graves efeitos nas economias nacionais e nas políticas sociais. A produção da riqueza, tal como se concebe na lógica capitalista, apóia-se na pobreza: nas economias emergentes, nos desempregados, nos mal pagos, nas massas inúteis, etc., e o “crescimento” está condicionado pela redução das proteções sociais, privatização dos serviços e aumento das desigualdades, por isso deve-se estar consciente de que o discurso e objetivos atuais dos programas de luta contra a pobreza não vão nessa direção, pois eles mesmos reforçam esta lógica.

O sistema liberal atual é bastante flexível e transparente para adaptar-se às diversidades nacionais, mas bastante “mundializado” para confiná-lo pouco a pouco no campo folclórico. Severo, tirânico, mas difuso, pouco identificável, disseminado por toda parte, esse regime que jamais foi proclamado detém todas as chaves da economia que ele reduz ao domínio dos negócios, os quais se apressam em absorver tudo o que ainda não pertencia a sua esfera. (FORRESTER, 1997, p.34)

Capítulo 4

O papel do Dinheiro (“mercadoria onipresente”)

Grandes organismos mundiais (FMI, BM...) decidem sobre quais fundamentos nossos governantes devem governar, protegem operadores financeiros e grupos transnacionais de qualquer tipo de controle (sendo eles que decidem e controlam o poder político), manipulam nossa história. O poder hegemônico encontra-se nas mãos dos tecnocratas internacionais, que zelam pelos interesses do capital financeiro. Aliado a isso o sentido único da sociedade está totalmente voltado para o lucro. Nesse quadro, a miséria se mundializa e o vínculo existente entre os indivíduos e o dinheiro é de dominação, “como uma ditadura do dinheiro sobre a sociedade e todos os seus planos (trabalhos, prazeres...)” (SAMPAIO, mimeo, 2000).

O que vale é o jogo do dinheiro crescendo nas mãos de quem nada produz, que são os financistas, os “analistas de símbolos”. “Eles governam a economia mundializada por cima de todas as fronteiras e todos os governos.” (FORRESTER, 197, p.26). A lógica é de que nesse mundo moderno o dinheiro é global e está disponível, portanto as pessoas se tornam extremamente vulneráveis, porque precisam vitalmente dele.

Após a Revolução Burguesa, com a expansão do capitalismo surge um universo de circulação mercantil onde “o dinheiro começa a ser empregado de maneira a instalar a forma propriamente capitalista de apropriação de excedentes e a reprodução do capitalismo se configura em termos de reprodução mercantil: D-M-D³⁸.”

“O dinheiro representa uma relação social, como símbolo social necessita de reconhecimento geral; é o signo material do valor de troca, sendo um produto da mesma e não uma obra *apriori*. Possui suas próprias determinações como meio de troca, na medição das grandezas das mercadorias e equivalente geral.” (SAMPAIO, mimeo, 2000, p.3)

Ele apresenta-se como *determinante das relações sociais*, enquanto forma corpórea da riqueza, inversão geral das individualidades e capacidade alienada da sociedade³⁹, ele dissimula o caráter social dos trabalhos privados. Sendo marca divisória e meio de união na dinâmica societária. Segundo Marx,

O dinheiro é riqueza universal em seu aspecto individual. Em sua figura de mediador da circulação sofreu toda a sorte de ultrajes: foi corroído e esmagado até chegar a ser um mero papel simbólico. Mas, como dinheiro, é-lhe restituído seu resplendor áureo. De servo passa a senhor. De simples servidor das mercadorias passa a ser o seu Deus. (MARX, 1991, p. 109).

É capaz de satisfazer toda necessidade, posto que, com ele se é capaz de comprar qualquer objeto para a sua satisfação e, ao mesmo tempo, é representante limitado das riquezas materiais. E mais que isso, esse processo torna-se mais amplo, pois

“O dinheiro, pelo fato de possuir a propriedade de tudo comprar, a propriedade de se apropriar de todos os objetos é, portanto, o objeto no sentido mais elevado. A universalidade de sua propriedade é a onipotência de seu ser: e considerado por isso como o ser todo poderoso.” (MARX, 1985, p.60)

³⁸ (MARX, 1991, p.106) “O *dinheiro*, diferente da moeda, é o resultado do processo de circulação na forma M-D-M e constitui o ponto de partida do processo na forma D-M-D, isto é, a troca de dinheiro por mercadoria, para trocar mercadoria por dinheiro. Na primeira forma, o dinheiro atua como medidor da troca de mercadorias, na segunda, é a mercadoria que serve ao dinheiro como medidor de seu processo de vir-a-ser dinheiro.”

³⁹ Segundo Marx, “o que não posso como homem, posso através do dinheiro.” (MARX, 1991, p.190)

O dinheiro torna-se equivalente universal, como encarnação universal do trabalho humano abstrato e é sob esta forma (absurda) que se expressam a relação entre os trabalhos particulares e o trabalho social total⁴⁰. Ele domina as relações de troca, pois o que interessa aos que produzem (ou donos dos meios de produção) é quanto poderá receber pela sua mercadoria.

Ele transforma igualmente as forças efetivas essenciais, humanas e naturais (o trabalho humano) em puras representações abstratas, assim como transforma as forças essenciais realmente impotentes, que só existem na imaginação do indivíduo, em forças essenciais efetivas e poder efetivo. Nessa dinâmica fetichista, o valor de uso das coisas cai na inutilidade e toda essência da mercadoria enquanto valor de uso para satisfação de necessidades e produto do trabalho humano se oculta. “A fetichização do dinheiro em sua produção e reprodução na forma de capital é um fenômeno moderno. Num movimento que resume toda força de trabalho e meios de produção na criação de mais dinheiro.” (SAMPAIO, mimeo, 2000, p.1)

As relações não se dão mais entre pessoas, elas estão “subordinadas” as relações ente coisas, as relações ocorrem na esfera das condições de vida materiais, e não mais na sua condição subjetiva de ser.

O dinheiro é capaz de disfarçar todo o processo produtivo e as relações entre os indivíduos que ocorrem nesse processo, através do preço das mercadorias. Sendo que o valor destas é realizado no tempo de trabalho necessário para sua produção; e seu valor de troca expressado através do dinheiro, que é influenciado pelo seu valor de mercado.

⁴⁰ Forma social do trabalho: desde que os homens trabalhem uns para os outros, o trabalho adquire sua forma social.

“A qualidade natural da mercadoria assume existência distinta na forma dinheiro” (SAMPAIO, mimeo, 2000, p.3), pois enquanto mercadoria esta possui características particulares capazes de satisfazer certas necessidades e, enquanto valor, é sempre intercambiável, é universal. O dinheiro apresenta-se como o equivalente universal capaz de transformar todas as mercadorias, a parte de suas particularidades e características.

E quanto mais complexo o desenvolvimento do modo de produção capitalista (divisão social do trabalho, expansão do mercado, etc.) mais autônomas se tornam as relações de troca diante de seu processo produtivo. O dinheiro passa a obter sua própria autonomia quando sua acumulação passa a representar riqueza, torna-se esse um fim em si mesmo. Segundo Marx,

“é imanente ao dinheiro o fato de alcançar seus fins negando-os ao mesmo tempo, o voltar-se autônomo em relação às mercadorias; o passar de meio a fim; o realizar o valor de troca das mercadorias desvinculando-se delas; o facilitar a troca introduzindo um elemento de cisão, o superar as dificuldades de troca imediata das mercadorias generalizando-as, o converter a troca autonomamente em relação aos produtores na mesma medida em que os produtores se convertem em dependentes da troca.” (1989 apud SAMPAIO, 2000, p.4)

A própria alienação dos indivíduos, no seu processo produtivo onde esses esquecem que a conexão social que os aproxima das outras pessoas é um produto de sua ações (um processo histórico), espelha-se na reificação do dinheiro. Pois no mundo desenvolvido das trocas produz-se independentemente se o produto faz parte do campo das necessidades humanas ou não, criam-se necessidades do que deve ou não ser produzido importando somente a rentabilidade que se pode alcançar.

O culto ao dinheiro no capitalismo escraviza, de diferentes formas, tanto os que possuem a riqueza como os que dele são carente, ambos pela sede de riqueza. Na forma de capital (o dinheiro) põe em funcionamento todas as forças produtivas,

materiais e espirituais; arrasa a base de todos os interesses essenciais, é o fim (objeto final) do trabalho assalariado, sendo o meio da “laboriosidade universal”.

O dinheiro permeia as relações humanas em todos os seus âmbitos e sentidos, é o centro de todos os interesses vitais e o limite diante do qual essas relações fracassam. Na ordem capitalista, é a linguagem dominante.

Walter Benjamin (1985 apud LÖWY, 2005) compara o capitalismo a uma religião, comparando suas práticas utilitaristas (investimentos, especulações, operações financeiras, manobras, compra e venda de mercadorias) como equivalentes a um culto religioso; e o culto às notas de dinheiro com o culto aos santos de diversas religiões, afirmando que o capitalismo é como um culto “sem trégua e sem piedade”, no qual o papel moeda é apenas uma das manifestações da divindade essencial do sistema cultural capitalista: o dinheiro. O capitalismo é responsável pela exclusão social e o sentimento de culpa a que são submetidos os pobres, complementa dizendo que “os resultados do processo ‘monstruoso’ de culpabilização capitalista é a generalização do ‘desespero’.” E termina por afirmar que: “segundo a religião do capital a única salvação reside na intensificação do sistema, na expansão capitalista, no acúmulo de mercadorias, mas isso só faz agravar o desespero.” (LÖWY, 2005, p.5)

As práticas capitalistas não têm pausa, elas dominam a vida dos indivíduos de manhã até a noite e por toda a sua vida. O capitalismo é um “sistema dinâmico, em expansão global, impossível de deter e do qual não podemos escapar.” (LÖWY, 2005,p.4)

Em escala internacional o mercado reafirma e atualiza o caráter universal do dinheiro através da dominação que exercem os países capitalistas hegemônicos (e seus blocos centrais), conduzindo e reproduzindo o explorador sistema de produção

capitalista com uma moeda suprema, dominadora. Na sociedade desenvolvida da troca globalizada, cada vez mais o lastro do dinheiro se torna abstrato, contudo ainda assentado sobre as relações de produção.

Como afirma Francisco de Oliveira, “a moeda é o vetor principal da violência capitalista. (...) quem discrimina as faixas de renda, o acesso ao consumo, o acesso a educação, o acesso a todos os bens da sociedade é a moeda. Pelas vias da moeda.” (1999 apud SAMPAIO, mimeo, 2000, p.9)

É através do dinheiro que se define o “pobre”, o crescimento da nação, o preço das mercadorias, entre outros.

Como já constatado anteriormente é a partir do cálculo da renda (do valor monetário, do dinheiro), que os “pobres” são incluídos ou não nas políticas sociais governamentais, é partindo desse critério que se define quem pode ou não ter acesso aos benefícios quem “necessita de verdade”. Diante da alegação que não há recursos públicos para atender a toda demanda, só realmente os mais miseráveis conseguem “entrar”. Só mediante a comprovação do grau de indignidade em que vivem o acesso é permitido. É necessário se humilhar para ser incluso e é necessário se manter nesse estado de privação para poder continuar a receber os benefícios que lhes foram concedidos anteriormente.

E o pobre do Bolsa Família não é o mesmo pobre definido pela política previdenciária, que também não se enquadra na definição estabelecida pela linha de pobreza; fala-se muito no pobre, mas, com uma simples nota de R\$1,00 (um real), o “cidadão” o deixa de ser, ou passa do “status” de extremamente pobre para o “status” de pobre. São critérios de elegibilidade totalmente submetidos à lógica do Estado Social mínimo e das políticas focalistas impostas pelo mercado mundial.

O dinheiro é capaz de manipular realidades, é a partir dele que se delimita a população pobre de um país, de uma região e os diversos cálculos com os quais se mensura a pobreza a partir da renda se tornam muito vulneráveis diante de tal critério. Pois, como pensar que com um real (R\$1,00) a mais no bolso o “cidadão” possa ter superado a sua situação de decadência e desonra, ou não. Na verdade não se pensa nisso. É simplesmente a partir de um valor monetário que se expõe a pobreza, que se fala de realidade, que se planejam políticas, parece inacreditável que a partir de apenas uma alteração numérica tudo isso possa se modificar.

Por exemplo, ao utilizar-se dos cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE)⁴¹ com relação ao salário mínimo, para o enquadramento via renda em alguns programas assistenciais como por exemplo o Amparo Assistencial ao Idoso Deficiente – LOAS, que estabelece como critério a renda inferior a um quarto do salário mínimo, temos aí, dois universos de pobreza, um crescente número de pobres e um grande aumento na demanda de pessoas a serem atendidas por tal benefício. Em contraponto ao número identificado por outro índice da mesma referência (no caso, o salário mínimo atual).

O Produto Interno Bruto (PIB), que é resultado do cálculo do crescimento da nação, através da soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos no país durante um período determinado, também tem o dinheiro como determinante principal, nesse caso, para medir se houve ou não crescimento em um país. Isso sem entrar no âmbito do que significaria este crescimento referenciado por esse vetor.

⁴¹ Segundo cálculo do DIEESE o valor salário mínimo necessário em janeiro de 2008 seria de R\$ 1.924,59 (mil novecentos e vinte e quatro reais com cinquenta e nove centavos).

É também pela via do dinheiro que se dominam os modos de vidas das pessoas, através do estabelecimento de um salário mínimo, através de um benefício que se concede, entre outros.

Quando o Bolsa Família estabelece que os benefícios que as famílias “pobres” receberão terão o valor entre R\$18,00 (dezoito reais) e R\$112,00 (cento e doze reais), tendo estes como suficiente para que a família se reproduza e, até sendo ousado, na superação das condições em que se encontra. Esse tipo de benefício estipula modos de vida, através dos valores que estabelece para o repasse.

O dinheiro determina modos de vida, pois é a quantidade de dinheiro que se recebe que determinará o que pode ou não ser comprado, consumido, o que deve ou não ser necessidade para a família ou o indivíduo. Confina as pessoas a manterem-se no mesmo lugar, determina seus modos de existência.

O dinheiro não se basta enquanto instrumento de troca ele representa também a riqueza e a pobreza.

Atualmente, a pobreza tem representado também fonte de lucro para os capitalistas através do financiamento de projetos sociais em troca de isenções de impostos: é o capital faturando em cima da permanência da miséria. Instituições, que se dizem de cunho social gerenciando projetos financiados com dinheiro público.

A pobreza e a miséria, geradas pelas desigualdades conseqüentes do modo de produção capitalista, estão escancaradas em superexposição. São temáticas abordadas todos os dias e expostas de todas as formas, mas o que se apresentam são suas aparentes causas e conseqüências. Como se houvesse algo a ser feito, como se as pessoas que dela sofrem, com seus destinos condenados à escuridão e ao anonimato, pudessem tomar conhecimento “das obscuras potências das quais sua vida

se tornou serva.” (Benjamin, 1995, p.22) O que se vê no discurso dominante é muito pouco do que ela representa, nada perto da lógica perversa que a produz e reproduz diariamente.

A pobreza e a miséria são geradas por uma sociedade dominada pelo capital financeiro, plenamente voltada para o lucro, que opera a acumulação de capital através da superexploração dos trabalhadores, e de individualidades anuladas, na qual o dinheiro domina. Uma sociedade na qual “o dinheiro é artificial e é vivo, o dinheiro produz dinheiro e mais dinheiro, o dinheiro tem todo o poder do mundo.” (LÖWY, 2005, p.2)

Considerações Finais

As mudanças ocorridas desde os primórdios da transição do modo de produção feudal para o capitalismo mostraram ao longo dos anos que o capitalismo não é apenas um “modo de produção econômico”, mas a base de toda uma organização societária, que regula as relações sociais, e também a concepção de ‘ser’ da própria humanidade, como primeiro analisou Marx. A produção de riqueza e pobreza e o agravamento desta são facetas e condição de um mesmo processo.

Está na essência do modo de produção capitalista, a extração da mais-valia através máxima exploração dos trabalhadores, sendo que o desenvolvimento das forças produtivas não se dá em prol do descanso destes, mais sim em prol da máxima produção de mais valor em menos tempo de trabalho.

O capitalismo encurrala a população empobrecida através de seus mecanismos que envolvem a população trabalhadora ativa e inativa, até que essa se encontre tão amarrada e se veja obrigada a submeter-se a todas as desonras e vergonhas provocadas pelo seu empobrecimento e pela sua incapacidade de reagir diante tal contexto.

No mundo capitalista as pessoas são vistas como consumidores em potencial, independentemente de pertencerem à classe trabalhadora ou a detentora dos meios de produção. Mercadorias são produzidas visando diferentes públicos.

Nesse contexto, é possível constatar que a classe trabalhadora existe para que o capital possa se manter e crescer, acumulando mais riquezas, cada dia mais. O trabalhador é mercadoria, e já não produz mais para a satisfação de suas necessidades, ele é cada vez mais depreciado, subalterno, degradado, supérfluo, desvalorizado na lógica capitalista.

É a partir de valores monetários que se mensura a realidade da camada empobrecida desta população. A pobreza é naturalizada e aos pobres é concedida vida de pobre. Trabalhadores se depreciam em busca de sua sobrevivência por mais indigna que a vida possa ser, e lutam para não deteriorar-se.

Através dos organismos internacionais, os países capitalistas hegemônicos impõem seus interesses econômicos, exigindo a redução das responsabilidades do Estado no que diz respeito às políticas sociais públicas através de sua focalização, posta em prática a partir de critérios de seletividade, que geralmente se baseiam na renda. Estas políticas se reduzem, pois já não mais interessam tanto para a reprodução do capital.

As políticas sociais são trabalhadas de forma dissociadas e não permitem aos usuários, se quer, se habilitarem para amenizar as dificuldades criadas e impostas pelo próprio sistema capitalista. Diante deste contexto, mecanismos econômicos internacionais criam diversas estratégias para superação da pobreza, e que são adotadas invariavelmente pelos países emergentes como condição para obterem financiamentos externos a juros exorbitantes, fazendo com que a ciranda do capital financeiro cresça em um ritmo acelerado. Desta forma, as políticas sociais enfatizam como solução imediata a transferência de renda, e o dinheiro passa a ser o passaporte para uma cidadania forjada e a perpetuação de um sistema não apenas econômico,

mas um sistema de vida exploratório e subjugador dos menos favorecidos. Assim, as dificuldades para superação e alcance de melhores condições de vida também se perpetuam através de formas de opressão contemporâneas conformadas na dominação econômica e política da burguesia e ao exercício do poder capitalista.

Nessa difícil realidade, o dinheiro é símbolo social reconhecido e desejado por todos, todos desejam enriquecer e obtê-lo para si, todos se tornam escravos. É vetor determinante das relações sociais. Ele domina vidas desde o processo produtivo que tem como fim único a acumulação de mais capital, através da apropriação do trabalho alheio não pago, até sua presença com valor monetário na definição de salários e benefícios como forma determinante de modos de vida e existência da população, principalmente de forma perversa a vida dos que não o possuem.

Referências

- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Relatório Anual 2006 – BID**. Disponível em: <http://www.iadb.org/>. Acesso em: 12 jan. 2008.
- BANCO MUNDIAL (Ed.). **Relatório Anual 2006 do Banco Mundial**. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTANNREP2K6/Resources/2838485-1158549322105/WBAR06Portuguese.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.
- BENJAMIN, Walter. Viagem através da inflação alemã. In: **Rua de mão única**. São Paulo: Editora Brasiliense, p.20-26, 1997. (Obras Escolhidas)
- BERING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e historia**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Concepções de pobreza e alguns desafios para a intervenção social**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n°84, p.66 – 89 nov. 2005.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL. **Panorama Social para América Latina**. Disponível em: <http://www.ciberamerica.org/NR/includes/TLS/BDArchivos/11186-Cuerpo-0.pdf>. Acesso em: 01 out. 2007.
- CORRÊA, Caca. Texto teatral: **O Espantalho**. Porto Alegre, 1993
- COSTA, Liduína Farias Almeida da. **Crescimento e pobreza no Nordeste que se globaliza**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 66, p.165-185, jun. 2001.
- FERREIRA, Ivanette Boschetti. **Direito à renda ou direito ao trabalho?** Revista Inscrita, Rio de Janeiro, n. 4, p.19-24, maio 1999.
- FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Informe Anual FMI 2007**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/index.htm>. Acesso em: 14 jan. 2008.

- GRASSI, Estela. **Variaciones en torno a la exclusión:** Dé qué integración hablamos?. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº9, p. 140-159, jul. 2002.
- GUIMARÃES, Antonio Monteiro. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- HOUTART, François. **O sentido da luta contra a pobreza para o neoliberalismo.** Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=20438>>. Acesso em: 08 jan. 2008.
- IANNI, Octavio. **Fetichismo e Reificação.** In: Karl Marx. São Paulo: ed. Ática, 7ª ed, p.159-172, 1992. (Grandes Cientistas Sociais)
- LÖWY, Michel. **O capitalismo como religião.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1809200508.htm>. Acesso em: 02 fev. 2008. (*Publicado em: Folha de São Paulo, Caderno Mais, domingo, 18 de setembro de 2005*)
- MARX, Karl. **[Dinheiro].** In: MANUSCRITOS Econômico-Filosóficos: e outros textos escolhidos. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 188-192. (Os Pensadores).
- _____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro 1, Vols. I a III. São Paulo: Nova Cultural, p.57-105 e 211-231, 1996.
- _____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro 2, Vols. I a III. São Paulo: Nova Cultural, p.656-687, 1996.
- _____. **O Dinheiro ou a Circulação Simples.** In: MANUSCRITOS Econômico-Filosóficos: e outros textos escolhidos. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 63-157. (Os Pensadores).
- NOGUEIRA, Vera Maria R., Simionatto, Ivete. **Pobreza e Participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das organismos multilaterais.** In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº66, p.145-163, jul. 2001.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Investindo no Desenvolvimento:** Um Plano Prático para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Projeto do Milênio das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/milenio/arquivos/ResumodoProjeto.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano - 2007/2008**: combater as alterações climáticas. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2008.
- PAIVA, Beatriz Augusto; OLIVEIRA, Maria Norma de; GOMES, Ana Lígia. **Medidas de combate à pobreza: a propósito das iniciativas legislativas do senador Antonio Carlos Magalhães**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 63, p.27-44, jun. 2000.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em: 15 jan. 2008.
- _____. **Relatório Sintético das Atividades do PNUD no Brasil: 1960 – 2002**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em: 15 jan. 2008.
- RESENDE, Anita Cristina Azeredo. **O processo de individualização: alienação do homem**. Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 30, n. 1, p.201-215, jan. 2003.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 3ª Ed., 2006.
- SAMPAIO, Simone Sobral. **O Dinheiro: a mercadoria onipresente**. Mimeo, Rio de Janeiro: 2000.
- SPOSATI, Aldaíza. **A inclusão social e o Programa de Renda Mínima**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 66, p.76-90, jul. 2001.
- _____. **Mínimos Sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 55, p.09-38, nov. 1997.
- SOTO, Silvia Fernández. **El concepto de pobreza en la teoría marxista**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 73, p.5 – 22 nov. 2003.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Conjuntura: Desafios e perspectivas**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 66, p.5-33, jul. 2001.

FILMES

Estamira. Dir. Marcos Prado, BRA/2004.

Quanto vale ou é por quilo? Dir. Sérgio Bianchi, BRA/2005.